

O novo compromisso

5 JUN 1966

ATÉ quinta-feira passada, o Presidente Sarney se via sob um compromisso de vencimento incerto. Tinha um mandato privado do elemento essencial a todo mandato político, a fixação inquestionável de seu termo. Era como se fosse um Presidente ad nutum da Constituinte.

SÓ NÃO consegue entender por que se tornou tão crucial a batalha parlamentar em torno da duração do atual mandato presidencial quem ignora a pressão que os prazos de vencimento exercem sobre o cumprimento dos compromissos; ou quem se alheou por completo da problemática brasileira herdada dos últimos anos. Bem conhecida uma crise, ninguém aceita administrá-la sem certeza do tempo de que dispõe.

ESTA a razão de se ter empenhado o Presidente Sarney pela vitória parlamentar de um mandato de cinco anos. Razão da função e do encargo; até mesmo, em certo sentido, razão de Estado: não há conceito de autoridade que resista à própria indefinição; não há mandato que consiga confrontar-se com a hipoteca do incerto; não há solidez em instituições marcadas de provisório e de interinidade.

O COMPROMISSO com a transição democrática, firmado por Tancredo Neves e assumido solidariamente por José Sarney, entrou em contagem regressiva. E à transição só se atribui o valor que for encontrado em seu termo. Instituições democráticas consolidadas, economia saneada, crescimento e desenvolvimento retomados são as várias faces da atual transição. Nada, alguém disso, irá recomendá-la; e tudo isso será o compromisso do Presidente Sarney, que o mandato de cinco anos avalizou.

A ECONOMIA parece bem encaminhada: tem regras definidas; purgou-se, afinal, da improvisação, ou da ambigüidade em que permanecera, durante mais de dois anos. Tem um perfil já reconhecido no meio empresarial.

EM REGIME democrático, porém, não se conduz economia alguma sem a intermediação da representação política; e o próprio apoio do meio empresarial não sustenta, em via direta, o Chefe do Executivo. É indispensável à manutenção das regras do jogo econômico um núcleo de convicções trabalhado numa

segura maioria parlamentar. Manter essa maioria, ganhando-a pela persuasão e alimentando-a com informações seguras, deverá merecer doravante a mais cuidadosa atenção do Presidente da República: a definição da economia tem ainda a vencer o caos do atual projeto de Constituição.

QUANTO ao crescimento e desenvolvimento, basta considerar que as instituições representativas são, em grande parte, sua caixa de ressonância: sem um projeto de desenvolvimento em implementação, a repercutir espontaneamente na opinião pública, o Congresso não servirá sequer como uma sessão de catarse; ele só concentrará e reforçará as contradições que é incapaz de resolver.

É BOM lembrar que o Brasil de hoje se encontra num patamar superior de consciência social e política, incapaz de se satisfazer com práticas paliativas e de se impressionar com o anúncio de projetos de impacto. Temos uma sociedade bem mais exigente que há dez, ou mesmo cinco anos: um acréscimo de exigência que leva à contrapartida de um risco maior de decepção.